



Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2017

Balança

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2017	31-12-2016
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		2.153.732,46	2.142.403,21
Bens do património histórico e cultural		6.118,94	6.118,94
Propriedades de investimento		311.900,36	378.428,01
Ativos intangíveis		671,32	911,89
Investimentos financeiros		2.481,40	2.168,01
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Subtotal		2.474.904,48	2.530.030,06
Ativo corrente			
Inventários		39.579,73	44.447,01
Clientes		41.525,42	36.193,12
Adiantamentos a fornecedores		5.103,13	455,70
Estado e outros Entes Públicos			
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Outras contas a receber		6.905,45	4.788,60
Diferimentos		11.229,49	12.736,85
Outros Ativos financeiros			
Caixa e depósitos bancários		41.471,87	28.620,95
Subtotal		145.815,09	127.242,23
Total do Ativo		2.620.719,57	2.657.272,29
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		53.600,36	53.600,36
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados		1.886.699,50	1.908.135,51
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais		480.847,98	496.724,62
Resultado Líquido do período		(56.459,26)	(16.252,45)
Total do fundo do capital		2.364.688,58	2.442.208,04
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
Subtotal		-	-
Passivo corrente			
Fornecedores		56.072,54	34.470,32
Adiantamentos de clientes		2.679,40	3.660,10
Estado e outros Entes Públicos		23.341,50	12.409,04
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos		61.885,60	74.584,90
Diferimentos		592,82	27,00
Outras contas a pagar		111.459,13	89.912,89
Outros passivos financeiros			
Subtotal		256.030,99	215.064,25
Total do passivo		256.030,99	215.064,25
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2.620.719,57	2.657.272,29

Demonstração dos Resultados por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados		253.701,61	218.013,84
Subsídios, doações e legados à exploração		572.505,46	556.514,34
Variação nos inventários da produção		3.216,47	521,79
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(87.514,42)	(80.054,09)
Fornecimentos e serviços externos		(183.150,00)	(183.354,34)
Gastos com o pessoal		(549.780,22)	(487.844,16)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor		313,39	
Outros rendimentos e ganhos		101.266,48	123.355,98
Outros gastos e perdas		(40.583,64)	(37.887,18)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		69.975,13	109.266,18
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(116.932,70)	(114.361,32)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(46.957,57)	(5.095,14)
Juros e rendimentos similares obtidos		210,68	211,14
Juros e gastos similares suportados		(9.712,37)	(11.368,45)
Resultados antes de impostos		(56.459,26)	(16.252,45)
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		(56.459,26)	(16.252,45)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		360.855,89	312.424,29
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			(2.992,34)
Pagamentos de bolsas		-	(324.441,49)
Pagamento a fornecedores		(333.815,12)	(494.071,76)
Pagamentos ao pessoal		(521.173,81)	
Caixa gerada pelas operações		(494.133,04)	(509.081,30)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		(13.616,95)	(5.564,47)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(507.749,99)	(514.645,77)
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(29.000,00)	(15.000,00)
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		-	47.567,28
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		210,68	211,14
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(28.789,32)	32.778,42
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		10.000,00	15.000,00
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações		14.356,24	10.630,24
Outras operações de financiamento		547.457,97	530.306,81
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(12.699,30)	(62.558,03)
Juros e gastos similares		(9.724,68)	(11.368,45)
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		549.390,23	482.010,57
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
		12.850,92	143,22
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		28.620,95	28.477,73
Caixa e seus equivalentes no fim do período		41.471,87	28.620,95

Anexo

1. Identificação da Entidade

1.1. Designação

Instituto Monsenhor Airosa

1.2. Sede

Rua Monsenhor Airosa, nº 96
4704-537 Braga

1.3. Natureza da atividade

Atividades de apoio social para crianças e jovens com alojamento

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2013 de 9 de Março.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Tratando-se de uma Entidade do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos” .

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação nas Demonstrações Financeiras é comparativa com respeito ao período anterior. Atendendo ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas são levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “*Ativos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	8
Equipamento de transporte	8
Equipamento administrativo	8
Outros Ativos fixos tangíveis	8

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, encontrando-se espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

3.2.2. Bens do património histórico e cultural

Os “*Bens do património histórico e cultural*” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “*Variações nos fundos patrimoniais*”.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

3.2.3. Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se permitam atividades presentes e futuras acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.4. Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	3
Programas de Computador	
Propriedade Industrial	3
...	
Outros Ativos Intangíveis	

3.2.5. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao custo de aquisição ou de produção.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

3.2.6. Instrumentos Financeiros

Cientes e outras contas a Receber

Os “*Cientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido total ou parcialmente. Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Locações

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo.

3.2.9. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), o Instituto Monsenhor Airosa, por se tratar de uma *Instituição particular de solidariedade social* está isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade não usufrui dos seguintes “*Ativos Fixos Tangíveis*” do domínio público.

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2016, não ocorreu qualquer movimento na rubrica “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2016
Custo						
Bens imóveis	-	-	-	-	-	-
Arquivos	-	-	-	-	-	-
Bibliotecas	-	-	-	-	-	-
Museus	-	-	-	-	-	-
Bens móveis	6.118,94	-	-	-	-	6.118,94
...	-	-	-	-	-	-
Total	6.118,94	-	-	-	-	6.118,94

	Saldo em 01-Jan-2016	Abates	Dimunuições	Saldo em 31-Dez-2016
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Bens imóveis	-	-	-	-
Arquivos	-	-	-	-
Bibliotecas	-	-	-	-
Museus	-	-	-	-
Bens móveis	-	-	-	-
...	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

O mesmo aconteceu durante o exercício de 2017, conforme os quadros anexos:

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
Bens imóveis	-	-	-	-	-	-
Arquivos	-	-	-	-	-	-
Bibliotecas	-	-	-	-	-	-
Museus	-	-	-	-	-	-
Bens móveis	6.118,94	-	-	-	-	6.118,94
...	-	-	-	-	-	-
Total	6.118,94	-	-	-	-	6.118,94

	Saldo em 01-Jan-2017	Abates	Dimunuições	Saldo em 31-Dez-2017
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Bens imóveis	-	-	-	-
Arquivos	-	-	-	-
Bibliotecas	-	-	-	-
Museus	-	-	-	-
Bens móveis	-	-	-	-
...	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2016
Custo						
Terrenos e recursos naturais	498,80	-	-	-	-	498,80
Edifícios e outras construções	3.386.830,43	7.608,78	-	-	-	3.394.439,21
Equipamento básico	488.915,66	77.233,56	-	-	-	566.149,22
Equipamento de transporte	66.229,64	-	-	-	-	66.229,64
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	67.000,84	2.421,00	-	-	-	69.421,84
Outros Ativos fixos tangíveis	184.568,68	4.920,63	-	-	-	189.489,31
Total	4.194.044,05	92.183,97	-	-	-	4.286.228,02
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1.342.282,76	68.337,96	-	-	-	1.410.620,72
Equipamento básico	446.978,77	17.067,72	-	-	-	464.046,49
Equipamento de transporte	41.042,40	3.685,92	-	-	-	44.728,32
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	63.725,42	1.480,56	-	-	-	65.205,98
Outros Ativos fixos tangíveis	149.398,54	9.824,76	-	-	-	159.223,30
Total	2.043.427,89	100.396,92	-	-	-	2.143.824,81

	Saldo em 01-Jan-2016	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2016
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
Terrenos e recursos naturais	498,80	-	-	-	-	498,80
Edifícios e outras construções	3.394.439,21	-	-	-	-	3.394.439,21
Equipamento básico	566.149,22	50.000,00	-	-	-	616.149,22
Equipamento de transporte	66.229,64	5.000,00	-	-	-	71.229,64
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	69.421,84	229,01	-	-	-	69.650,85
Outros Ativos fixos tangíveis	189.489,31	6.264,72	-	-	-	195.754,03
Total	4.286.228,02	61.493,73	-	-	-	4.347.721,75
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1.410.620,72	17.743,21	-	-	-	1.428.363,93
Equipamento básico	464.046,49	15.918,79	-	-	-	479.965,28
Equipamento de transporte	44.728,32	4.623,44	-	-	-	49.351,76
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	65.205,98	1.393,45	-	-	-	66.599,43
Outros Ativos fixos tangíveis	159.223,30	10.485,59	-	-	-	169.708,89
Total	2.143.824,81	50.164,48	-	-	-	2.193.989,29

	Saldo em 01-Jan-2017	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2017
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

Propriedades de Investimento

No que concerne às "Propriedades de Investimento" os movimentos ocorridos, nos períodos de 2016 e 2017, foram os seguintes:

	31 de Dezembro de 2016					
	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições	Alienações	Transferências	Varição do Justo Valor	Saldo em 31-Dez-2016
Terrenos	58.226,99	-	-	-	-	58.226,99
Edifícios e outras construções	641.318,93	-	-	-	(321.117,91)	320.201,02
Propriedade investimento C	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Total	699.545,92	-	-	-	(321.117,91)	378.428,01

31 de Dezembro de 2017						
	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições	Alienações	Transferências	Varição do Justo Valor	Saldo em 31-Dez-2017
Terrenos	58.226,99	-	-	-	-	58.226,99
Edifícios e outras construções	641.318,93	-	-	-	(387.645,56)	253.673,37
Propriedade investimento C	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Total	699.545,92	-	-	-	(387.645,56)	311.900,36

6. Ativos Intangíveis

Bens do domínio público

A Entidade não usufrui de "Ativos Intangíveis" do domínio público.

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2016
Custo						
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	16.210,96	-	-	-	-	16.210,96
Programas de Computador	188,01	721,77	-	-	-	909,78
Propriedade Industrial	3.879,07	-	-	-	-	3.879,07
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	20.278,04	721,77	-	-	-	20.999,81
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	16.210,90	-	-	-	-	16.210,90
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	3.877,02	-	-	-	-	3.877,02
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	20.087,92	-	-	-	-	20.087,92

	Saldo em 01-Jan-2016	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2016
Perdas por Imparidade Acumuladas				
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-
Programas de Computador	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-
...	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	16.210,96	-	-	-	-	16.210,96
Programas de Computador	909,78	-	-	-	-	909,78
Propriedade Industrial	3.879,07	-	-	-	-	3.879,07
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	20.999,81	-	-	-	-	20.999,81
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	16.210,90	-	-	-	-	16.210,90
Programas de Computador	-	240,57	-	-	-	240,57
Propriedade Industrial	3.877,02	-	-	-	-	3.877,02
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	20.087,92	240,57	-	-	-	20.328,49

	Saldo em 01-Jan-2017	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2017
Perdas por Imparidade Acumuladas				
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-
Programas de Computador	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-
...	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

7. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2017			2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	-	-	-	-	-	-
Locações Financeiras	11.885,60	-	11.885,60	14.584,90	-	14.584,90
Contas caucionadas	50.000,00	-	50.000,00	60.000,00	-	60.000,00
Contas Bancárias de <i>Factoring</i>	-	-	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-	-	-
Descobertos Bancários Contratados	-	-	-	-	-	-
Outros Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Total	61.885,60	-	61.885,60	74.584,90	-	74.584,90

Em 31 de Dezembro de 2017, os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Empréstimos Bancários

Descrição	2017			2016		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	60.000,00	-	60.000,00	115.000,00	-	115.000,00
De um a cinco anos	-	-	-	-	-	-
Mais de cinco anos	-	-	-	-	-	-
Total	60.000,00	-	60.000,00	115.000,00	-	115.000,00

8. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2016	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2016	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2017
Mercadorias	25.395,29	10.771,67	(614,44)	35.552,52	-	(4.149,37)	31.403,15
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	4.212,91	79.656,74	(77.991,20)	5.878,45	78.639,83	(77.250,15)	7.268,13
Produtos Acabados e intermédios	4.232,40	-	(1.216,36)	3.016,04	-	(2.107,59)	908,45
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-
Total	33.840,60	90.428,41	(79.822,00)	44.447,01	78.639,83	(83.507,11)	39.579,73
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				80.054,09			87.514,42
Variações nos inventários da produção				521,79			3.216,47

9. Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Vendas	166.074,36	150.862,18
Prestação de Serviços	87.627,25	67.151,66
Quotas dos utilizadores	85.128,90	66.607,69
Quotas e Jóias	-	-
Promoções para captação de recursos	-	-
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	-	-
Serviços secundários	2.498,35	543,97
Juros	-	-
Royalties	-	-
Dividendos	-	-
Total	253.701,61	218.013,84

10. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2017	2016
Subsídios do Governo	547.308,30	544.091,40
Acordo Lar Infancia e Juventude	172.111,26	175.028,40
Acordo Lar Residencial	253.239,84	248.031,00
Acordo Lar de Idosos	44.989,20	44.064,00
Protocolo Sere +	76.968,00	76.968,00
Apoios do Governo	149,67	952,02
Projetos IEPF	149,67	952,02
...	-	-
...	-	-
...	-	-
Total	547.457,97	545.043,42

11. Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2016 foi de "40" e em 31/12/2017 foi de "41".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	450.212,39	400.620,37
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre as Remunerações	94.154,17	80.455,48
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	4.737,66	4.611,41
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	676,00	2.156,90
Total	549.780,22	487.844,16

12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

13. Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

13.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2017	2016
Investimentos em subsidiárias	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos em associadas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos noutras empresas	2.481,40	2.168,01
Método de Equivalência Patrimonial	2.481,40	2.168,01
Perdas por Imparidade Acumuladas	-	-
Total	2.481,40	2.168,01

13.2. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2016 e 2015 a rubrica “*Clientes*” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Clientes e Utentes c/c	41.525,42	36.193,12
Clientes	39.442,43	34.418,88
Utentes	2.082,99	1.774,24
Clientes e Utentes títulos a receber	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes factoring	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Total	41.525,42	36.193,12

13.3. Outras contas a receber

A rubrica “*Outras contas a receber*” tinha, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Adiantamentos ao pessoal	-	-
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	1.756,00	-
...	-	-
Outros Devedores	5.149,45	4.788,60
Perdas por Imparidade	-	-
Total	6.905,45	4.788,60

13.4. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “*Diferimentos*” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Gastos a reconhecer		
Seguros	3.746,69	5.053,63
Materiais	7.482,80	7.683,22
...	-	-
...	-	-
Total	11.229,49	12.736,85
Rendimentos a reconhecer		
Rec. Gastos apartamentos	592,82	27,00

13.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Caixa	7.737,13	5.034,50
Depósitos à ordem	33.734,74	23.586,45
Depósitos a prazo	-	-
Outros	-	-
Total	41.471,87	28.620,95

13.6. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2017	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2017
Fundos	53.600,36	-	-	53.600,36
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	1.908.135,51	-	(21.436,01)	1.886.699,50
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	496.724,62	-	(15.876,64)	480.847,98
Total	2.458.460,49	-	(37.312,65)	2.421.147,84

13.7. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	56.072,54	34.470,32
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	56.072,54	34.470,32

13.8. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	-	-
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1.316,76	1.632,20
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	2.557,00	1.993,50
Segurança Social	19.467,74	8.783,34
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	23.341,50	12.409,04

13.9. Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	-	-	-
Remunerações a pagar	-	-	-	-
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	26.000,00	-	4.920,63
Credores por acréscimos de gastos	-	81.669,52	-	68.629,86
Outros credores	-	3.789,61	-	16.362,40
	-	-	-	-
Total	-	111.459,13	-	89.912,89

13.10. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios de outras entidades	-	-
Doações	25.047,49	11.470,92
Heranças	-	-
Legados	-	-
...	-	-
Total	25.047,49	11.470,92

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 10.

13.11. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	35.719,15	24.122,58
Materiais	10.681,85	8.432,21
Energia e fluidos	53.628,90	60.218,38
Deslocações, estadas e transportes	17.704,21	20.239,61
Serviços diversos (*)	65.415,89	70.341,56
Comunicações	9.137,11	11.178,27
Limpeza, higiene e conforto	12.909,37	10.859,39
Outros	43.369,41	48.303,90
Total	183.150,00	183.354,34

13.12. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	127,31	4,91
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	49,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	85.262,31	106.848,31
Outros rendimentos e ganhos	15.876,86	16.453,76
Total	101.266,48	123.355,98

13.13. Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	24,36	55,66
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	0,78
Dívidas incobráveis	-	4.600,72
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	22.738,10	10.591,43
Outros Gastos e Perdas	17.821,18	22.638,59
Total	40.583,64	37.887,18

13.14. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	4.516,14	6.590,72
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	5.196,23	4.777,73
Total	9.712,37	11.368,45
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	210,68	211,14
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	210,68	211,14
Resultados financeiros	(9.501,69)	(11.157,31)

13.15. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

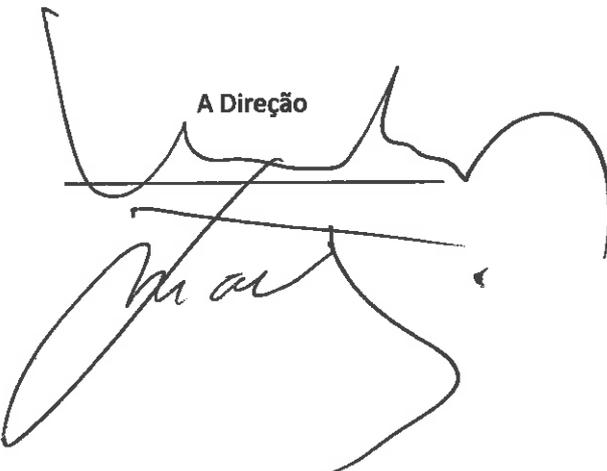
As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pela Direção em 22 de março de 2017.

Braga, 23 de março de 2018

O Técnico Oficial de Contas



A Direção



Parecer do Conselho Fiscal

INSTITUTO MONSENHOR AIROSA (IMA)

PARECER DO CONSELHO FISCAL

SOBRE AS CONTAS DO PERÍODO DE 2017

----- Em cumprimento do disposto no artigo 54.º dos Estatutos do Instituto Monsenhor Airosa (IMA), o Conselho Fiscal procedeu à análise das contas de gerência relativas ao período de 2017, apresentadas pela Ex.m.ª Direção desta instituição. -----

----- As contas encontram-se exaradas nos documentos contabilísticos legalmente exigidos. -----

----- O exercício apresenta um "Resultado Líquido do período" de valor negativo 56.459,26 € (cinquenta e seis mil quatrocentos e cinquenta e nove euros e vinte e seis cêntimos). -----

----- O resultado líquido do orçamento previsional para o período de 2017 foi estimado em valor negativo de -40.201,19 € (quarente mil duzentos e um euros e dezanove cêntimos), pelo que se verificou um desvio na execução orçamental de mais 16.258,07 € negativo. -----

----- Os fatores que estão na base do referido valor negativo deste período são, essencialmente, os que foram já apontados no respetivo orçamento previsional: aumento dos gastos com pessoal e a rubrica das depreciações e amortizações. -----

----- Os gastos previsionais com pessoal foram estimados em 541.911,87€ para 2017 (valor bem superior aos 487.844,16 € do período de 2016) e o resultante da respetiva execução orçamental foi de 549.780,22€, ou seja, mais 7.868,35€. O comparativo acréscimo 2016/2017, bem como o referido aumento em relação ao previsional para gastos com pessoal 2017, ficou a dever-se, concretamente, à admissão de cinco novos trabalhadores, quatro no decurso de 2016, com reflexo para o período de 2017, e um em 2017, considerando-se, ainda, os aumentos do salário mínimo legal. -----

O valor das depreciações e amortizações é de 116.932,70€. Assim, considerando o resultado líquido do exercício em função do valor de custo das depreciações e amortizações, aquele é bastante inferior a estes, o que permite extrapolar o raciocínio contabilístico da sustentabilidade da tesouraria, reforçada, ainda, se tivermos em conta os valores dos investimentos que têm vindo a ser realizados e a sua repercussão: valorização do património imobiliário, ainda acrescida, à medida da consecução das amortizações. -----

----- É de registar a evolução muito positiva da rubrica "vendas e serviços prestados", em conformidade com o sentido da conta previsional, na ordem de 48.044,73 € e de 35.687,77€ em relação ao período de



Rua Monsenhor Airosa, N.º 96
Tel.: 253204150 - Fax: 253204151
4704-537 Braga

2016, sendo de louvar o esforço de investimento e de organização da unidade de produção/fábrica de hóstias, em curso, na procura de receitas geradas pela instituição.-----

---- De resto, as oscilações noutras contas de custos e receitas são praticamente irrelevantes, não oferecendo variações sensíveis em relação ao período anterior. -----

---- Se considerarmos que o resultado do período anterior foi afetado positivamente por uma receita extraordinária de 47.567,28€ (alienação de património) e que não se verificou o mesmo no exercício de 2017, bastaria deduzirmos este valor ao resultado líquido deste período e teríamos tão só o valor de 8.891,98€ negativo. Não é, pois, despidendo dizer-se que a execução orçamental foi rigorosa.-----

---- Assim, após uma análise minuciosa às contas, o Conselho Fiscal dá o parecer favorável à sua aprovação em Assembleia-Geral, a realizar no próximo dia 24 de Março de 2018. -----

---- BRAGA, 15 de Março de 2018 -----

O CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE

(JOSÉ DA COSTA FERREIRA)

VOGAL

(ANTÓNIO DA COSTA CORREIA)

VOGAL

(FERNANDO ERNESTO GUIMARÃES DA ROCHA)